Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos-UNICEPLAC

Curso de Direito

Trabalho de Conclusão de Curso

A Lei de Abuso de Autoridade e sua repercussão no instituto processual da penhora “on-line”

Gama-DF
2020

MÁRCIO HENRIQUE SOARES BARREIRA

A Lei de Abuso de Autoridade e sua repercussão no instituto processual da penhora “on-line”

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Me., Bruno Fonseca Gurão

Gama-DF

2020

B271L

Barreira, Márcio Henrique Soares.
A lei de abuso de autoridade e sua repercussão no instituto processual da penhora “on-line”. / Márcio Henrique Soares Barreira. – 2020.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Direito, Gama-DF, 2020.
Orientação: Prof. Me. Bruno Fonseca Gurão.

1. Abuso de autoridade. 2. Ações diretas - inconstitucionalidade. 3 Instituto processual da penhora.

MÁRCIO HENRIQUE SOARES BARREIRA

A Lei de Abuso de Autoridade e sua repercussão no instituto processual da penhora "on-line"

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Me. Bruno Fonseca Gurão

Gama, XX de novembro de 2020.

Banca Examinadora

Prof. Me., Bruno Fonseca Gurão
Orientador

Prof. Esp.,
Examinador

Prof. Esp.,
Examinador

Dedico este trabalho inicialmente a Deus, ao meu orientador e principalmente as duas mulheres da minha vida (esposa e mãe),pois me concederam muita luz, forças e motivação para caminhar até este louvável momento.

AGRADECIMENTOS

Infinitamente a Deus por conceder a sua graça, forças e determinação para superar tantos obstáculos interpostos em minha vida. Sua presença é imprescindível para a minha existência, pois é através dos seus cuidados que me mantenho fortalecido diante dosdesafios cotidianos.

À minha amada esposa que diante de inúmeros momentos exaustivos e dolorosos, me acolheu incessantemente. É o meu alicerce para toda a vida.

Em memória da minha mãe, Mariene. Sábia mulher que conduzo em minha mente e em meu coração, eternamente. Seus ensinamentos e esforços dispensados incansavelmente, me contribuíram para estar plenamente preparado para as adversidades da vida.

Ao meu pai, herói e guerreiro em toda a sua trajetória. A sua marca de honestidade e simplicidade me mostraram o caminho certo a ser trilhado.

À minha família e ao meu amigo Régis, por acreditarem na pessoa que sou e em meus sonhos. Sem vocês, essa conquista seria impossível de se concretizar.

Ao Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos – Uniceplac e a todo o corpo docente que me ofertou o seu notório conhecimento. Em especial ao meu orientador, Bruno Gurão, pois a sua experiência e competência foram vitais para a concretização desta obra.

Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito.

Martin Luther king

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar sistematicamente, através da literatura, artigos jurídicos, jurisprudência, doutrina e normas constitucionais a nova lei de abuso de autoridade e sua repercussão no instituto processual da penhora *on-line*, abordando a sua eficácia e as consequências da conduta do juiz nas decisões de mérito acostada no seu convencimento motivado. Destarte, foi realizado um exame pormenorizado da lei n° 13.869/19 e suas divergências na perspectiva constitucional. Supervenientemente é abordado o princípio do convencimento motivado do juiz e sua importância no processo de execução. Em continuidade, averígua-se as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) propostas pela Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação Nacional dos Membrosdo Ministério Público e pela Associação dos Juízes Federais do Brasil. Por derradeiro é analisado o instituto processual da penhora, descrevendo sumariamente os efeitos jurídicos diante da vigente norma de abuso de autoridade. O estudo foi realizado em uma abordagem exploratória e utilizou-se como meio de investigação a pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos resultados indicou que a suprema corte ainda não tem um entendimento consolidado sobre a matéria, mas que a inobservância da conduta do magistrado diante da lei de abuso de autoridade configurará crime, conforme previsto em seu artigo 36. Por ser o efeito jurídico mais relevante da pesquisa, conclui-se que o tipo penal não prevê modalidade culposa, mas sim a dolosa. Assim, a ação relacionada a bloqueio excessivo sem a devida correção de valores, no processo de execução, caracterizará dolo específico com a finalidade de prejudicar a parte ou em benefício de si ou terceiros, conforme entendimento doutrinário.

Palavras-chave: Abuso de Autoridade. Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Instituto Processual da Penhora. Princípio do Convencimento Motivado. Processo de Execução.

ABSTRACT

This work had as general objective to systematically analyze, through literature, legal articles, jurisprudence, doctrine and constitutional norms, the new law of abuse of authority and its repercussion in the online seizure procedural institute, addressing its effectiveness and the consequences of conduct judge's decisions on merit based on his motivated convincing. Thus, a detailed examination of law n° 13.869/19 and its divergences in the constitutional perspective was carried out. Superveniently, the principle of motivated convincing of the judge and its importance in the enforcement process is addressed. In continuity, it investigatesthe direct actions of unconstitutionality (ADIs) proposed by the Association of Brazilian Magistrates, National Association of Members of the Public Ministry and by the Association of Federal Judges of Brazil. Finally, the process of attachment is analyzed, briefly describing the legal effects under the current rule of abuse of authority. The study was carried out in an exploratory approach and bibliographic and documentary research was used as a means of investigation. The analysis of the results indicated that the supreme court still does not have a consolidated understanding on the matter, but that the non-observance of the magistrate's conduct under the law of abuse of authority will constitute a crime, as provided for in its article 36. As it is the most legal effect relevant research, it is concluded that the criminal typedoes not provide for culpable modality, but intentional. Thus, the action related to excessive blocking without due correction of values, in the execution process, will characterize specific intent with the purpose of harming the party or for the benefit of itself or third parties, according to doctrinal understanding.

Keywords: Abuse of Authority. Direct Actions of Unconstitutionality. Processual Attachment Institute. Principle of Motivated Convincing. Execution process.